

especial

JORNAL DO BRASIL

www.jb.com.br

DOMINGO

DESDE 1891

ANO 116 ■ Nº 294 ■ RIO DE JANEIRO, 28 DE JANEIRO DE 2007

AMAZÔNIA EM PERIGO

Um mapa do Brasil sem a Amazônia foi sempre uma hipótese tão verossímil quanto as lendas e crendices nascidas à sombra da maior floresta tropical do mundo. Mas colossos territoriais insuficientemente povoados e protegidos excitam a cobiça de outros países, sobretudo quando parece tão vulnerável a forasteiros uma demasia de jazidas minerais, pedras preciosas, madeiras de lei, animais exóticos, plantas medicinais raríssimas. A Amazônia é coisa nossa, repete o mantra nacionalista. Não é, ainda. Só será depois de efetivamente ocupada pelos brasileiros, única forma de neutralizar a silenciosa invasão dos estrangeiros.



Americanos lideraram

DANIEL RAMALHO

Augusto Nunes

Os índios do litoral aprenderam há cinco séculos que qualquer vastidão insuficientemente povoada e protegida desperta a cobiça dos forasteiros. Os portugueses das caravelas nem sabiam em que lugar haviam desembarcado quando transformaram em escritura a carta de Pero Vaz de Caminha e, sem pedir licença aos donos, transferiram para um reino europeu a posse daquele paraíso feito de águas azuis ou verdes, areias brancas, frutas silvestres em penca e animais exóticos de sobra.

Os índios do Brasil profundo aprenderam há pelo quase 400 anos que a cobiça é perigosamente aguçada quando abundam, na superfície e no subsolo da imensidão semideserta, riquezas naturais de dimensões espantosas. Os homens que, a partir do século 17, resolveram enfiar-se por lonjuras intocadas, buscavam mais que terra e prazeres. Buscavam terra e fortuna.

A tribo dos brasileiros não aprendeu com os antepassados. Se não desdenhassem das lições dos velhos carajás, a Amazônia teria sido efetivamente ocupada há muito tempo, com racionalidade, imaginação e eficácia. Faltam atenções dos governos. Falta vigilância nas fronteiras. Falta gente (a densidade populacional é a mais raquítica do país). A Amazônia continua tão vulnerável a invasores, oportunistas e aventureiros como no dia em que o primeiro homem branco penetrou na selva.

Numerosos países, dezenas de entidades internacionais e organizações não-governamentais contemplam com crescente cupidez a imensa usina de superlativos. A Amazônia brasileira é uma demasia de jazidas minerais, pedras preciosas, madeira de lei, plantas medicinais raríssimas. Ali está a maior floresta tropical do mundo. Os rios do lugar compõem a maior das bacias fluviais, que concentra 20% da água doce disponível num planeta cada vez mais sedento. Pois o Brasil segue encarando com desdém a hipótese de perder o controle sobre a região que soma mais da metade do território nacional.

Só recentemente o ex-ministro Delfim Netto aposentou a certeza de que um Brasil sem a Amazônia é tão improvável quanto o Rio sem Carnaval.

— Sempre achei que era coisa de paranóico — conta Delfim. — Já não penso assim. Se não ocuparmos a Amazônia, os estrangeiros farão isso.



A nova língua da Amazônia: placa de um laboratório estrangeiro não tem uma única palavra em português

“A Amazônia não é dos brasileiros. É de todos nós”

Al Gore, ex-vice presidente americano

Avisos nunca faltaram. Em 1981, o Conselho Mundial das Igrejas declarou a Amazônia “um patrimônio da Humanidade, cuja posse por países é meramente circunstancial”. Em 1983, a primeira-ministra inglesa Margaret Thatcher sugeriu às nações carentes que vendessem “fábricas e territórios”. Em 1984, o vice-presidente americano Al Gore optou pelo recado sem rodeios:

— A Amazônia não é dos brasileiros. É de todos nós.

Os governantes da nação agredida pelas sucessivas ameaças reagiram com a placidez de quem acredita mesmo que Deus é brasileiro — e jamais faltará aos conterrâneos na hora difícil. E as provocações prosseguiram.

— O Brasil deve aceitar a soberania relativa sobre a Amazônia — informou em 1985 o francês François Mitterrand.

Estimulado pela adesão de Mikhail Gorbachev, líder da falecida União Soviética, o primeiro-ministro inglês John Major admitiu a execução de operações diretas no norte do Brasil. E o general americano Patrick Hughes rascunhou a declaração de guerra:

— Caso os brasileiros façam da Amazônia uma ameaça ao meio ambiente nos EUA, estaremos prontos para agir.

Até a Abin denuncia a omissão: o governo brasileiro não está presente na Amazônia

Liderados pelos Estados Unidos, países estrangeiros passaram há muitos anos da palavra à ação, vêm reiterando relatórios confidenciais produzidos anualmente pelo Grupo de Trabalho da Amazônia. Cordenado pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o GTAM reúne especialistas em assuntos amazônicos ligados aos serviços de inteligência das Forças Armadas e da Polícia Federal. O relatório de 2005 é inquietante. O de 2006, ainda mais perturbador.

Obtido com exclusividade pelo **Jornal do Brasil**, o mais recente estudo do GTAM concentra-se em nove questões que os especialistas consideram especialmente relevantes. Condena a demarcação contínua da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, radiografa a questão ambiental, denuncia a ação do crime organizado e trata dos conflitos fundiários. O tom, sempre incisivo, torna-se áspero no capítulo dedicado à ação do governo. Ou omissão: a máquina do Estado ainda não chegou lá.

Nenhuma novidade: o último presidente a incursionar demoradamente pela Amazônia foi o americano Theodore Roosevelt. Em 1914.

13 grandes rios formam 20% da bacia hidrográfica do planeta



Cicatrizes da cobiça, as queimadas destroem a floresta

Amazônia
A3

JORNAL DO BRASIL

DOMINGO
28 DE JANEIRO DE 2007
pais@jb.com.br

invasão estrangeira



A miséria na oca contrasta com a circulação de grandes fortunas para as mãos de pesquisadores estrangeiros

Os parágrafos sobre a ausência do governo são tão impressionantes quanto os que comprovam a presença estrangeira. E os trechos que examinam a multiplicação de zonas conflagradas nas fronteiras reduzidas a terras sem lei poderiam ser transplantados, com ligeiros retoques na forma, para o mais delirante livro de ficção. “A parte setentrional e a fronteira oeste permanecem como território virtual para o Brasil do futuro”, afirma o relatório.

“As organizações não-governamentais, algumas controladas por governos estrangeiros, adquiriram tal influência nas áreas indígenas que hoje substituem, na prática, o Estado brasileiro”, garante o GTAm. São zonas de exclusão, tão distantes dos controles federais quanto os morros do Rio expropriados por narcotraficantes. As complicações se agravam nas reservas que roçam a linha de fronteira. É o caso do Parque Ianomâmi, encostado na Venezuela.

— A nação ianomâmi só existe na cabeça de brasileiros desinformados e estrangeiros espertos — diz o coronel Gélío Fregapani, redator do relatório de 2005. — São quatro grupos distintos, linguisticamente, etnicamente e, por vezes, hostis entre si.

Segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), pelo menos 10 mil ianomâmis ocupam o colosso que ganharam de presente. Tem o tamanho de Portugal. É muita terra para pouca gente.

E muito minério para uma tribo só, lembra Fregapani, que oferece uma explicação para o absurdo aparente.

— Como existem ianomâmis no lado venezuelano — raciocina o coronel — está tudo pronto para a criação de uma nação autônoma, com o apoio de missionários americanos e do governo dos EUA.

A passagem pela ONU do cacique Davi Ianomâmi, que defendeu a independência da nação a que pertence, tornou a teoria menos fantasiosa.

— A Amazônia será ocupada de algum modo, por nós ou por outros — prevê um deputado federal do PT com livre acesso ao presidente Lula.

O parlamentar transmitir ao chefe de governo a essência do relatório do GTAm. Se tiver ouvidos de estadista, o presidente tratará de agir sem demora. Por enquanto, a ocupação é conduzida por forasteiros que agem com discrição de monge, travam sem armas a guerra silenciosa e promovem com agilidade e eficiência alianças improváveis.

“É crescente a presença de norte-americanos, europeus, bolivianos, colombianos e peruanos”, constata o documento. Nos hotéis da selva agem holandeses disfarçados de empresários da área de turismo.

Os chefões da biopirataria remuneraram pesquisadores estrangeiros

Médicos peruanos, contratados por prefeituras brasileiras, servem aos interesses de laboratórios farmacêuticos internacionais. No Acre, americanos compram terras e recorrem ao casamento com brasileiras para driblar complicações burocráticas. Latifúndios acreanos foram vendidos a italianos. No sul do Estado, pesquisadores canadenses são remunerados por chefões da biopirataria. Essa babel de sotaques emite um recado claro: a Amazônia está em perigo.

■ Leia e opine no **JB Online**. www.jb.com.br/24horas

Cobiça internacional histórica

Europeus cobiçam a Amazônia desde o século 16. O primeiro a enfurnar-se na região foi Walter Raleigh, aventureiro inglês supostamente em busca de um Eldorado na selva. Em 1745, a França produziu um mapa que lhe transferia o controle de extensa fatia da Amazônia brasileira. Em 1845, o método de vulcanização da borracha foi patenteado por Charles Goodyear. Nessa época, os EUA pleitearam o livre comércio na região, estimulando uma campanha pela abertura a navegantes forasteiros do Rio Amazonas, a estrada fluvial que conduziria “ao paraíso das matérias-primas”.

Mais de 100 anos depois, Henry Kissinger, então secretário de Estado americano, propôs a criação de um Banco Mundial de Matérias-Primas, sob controle global. Os EUA, por sinal, foram sempre os mais insistentes. Retomaram a pressão ostensiva em 1989: uma comissão de parlamentares americanos desembarcou no Brasil para sugerir o perdão de parte da dívida externa em troca do aval para a execução de projetos ecológicos monitorados por ONGs americanas e europeias. A cobiça ainda não provocou a amputação do mapa do Brasil. Ainda.

Dendê como alternativa

O dendê, abundante na Amazônia, pode tornar-se uma rendosa alternativa para o petróleo. Estudos mostram que o plantio de dendê em 7 milhões de hectares — faixa menor do que a área ianomâmi — permitiria extrair 8 milhões de barris de biodiesel por dia, além de gerar 6 milhões de empregos. A quantidade de combustível corresponde à produção de petróleo da Arábia Saudita. A redução das reservas mundiais de petróleo recomenda a imediata pavimentação desse caminho alternativo.

Mata delimita a fronteira agrícola

O coronel do Exército Gélío Fregapani, um dos mais respeitados especialistas em questões amazônicas, acha que tanto a agricultura quanto a pecuária jamais conseguirão espaço na mata densa. Não pela resistência dos ambientalistas, mas por recusa da própria floresta. Na floresta úmida, explica, as árvores crescem em ritmo rápido demais. A imbaúba é a primeira a aparecer. À sua sombra a mata floresce. Em dois anos, as imbaúbas já superam os 40 metros de altura, conta o autor de *Amazônia - A grande cobiça internacional* (The-saurus Editora, 2000).

Fundador do Centro de Instrução de Guerra na Selva, Fregapani sustenta que a grita dos ambientalistas vocaliza interesses americanos. Ele discorre com igual ousadia os possíveis efeitos do desmatamento.

— Os madeireiros não causam à selva o mal que os ambientalistas vivem maldizendo — garante. — Pegam espécies selecionadas, que interessam ao mercado. Isso não resulta em qualquer dano à floresta, porque há milhões de pequenas árvores, filhotes, que esperam a chance de chegar ao sol para crescer.

Como a devastação avança, tomara que tenha razão.

Amazônia

A4
JORNAL DO BRASIL

DOMINGO
28 DE JANEIRO DE 2007
pais@jb.com.br

O Brasil só emite 6% dos gases que provocam o efeito estufa

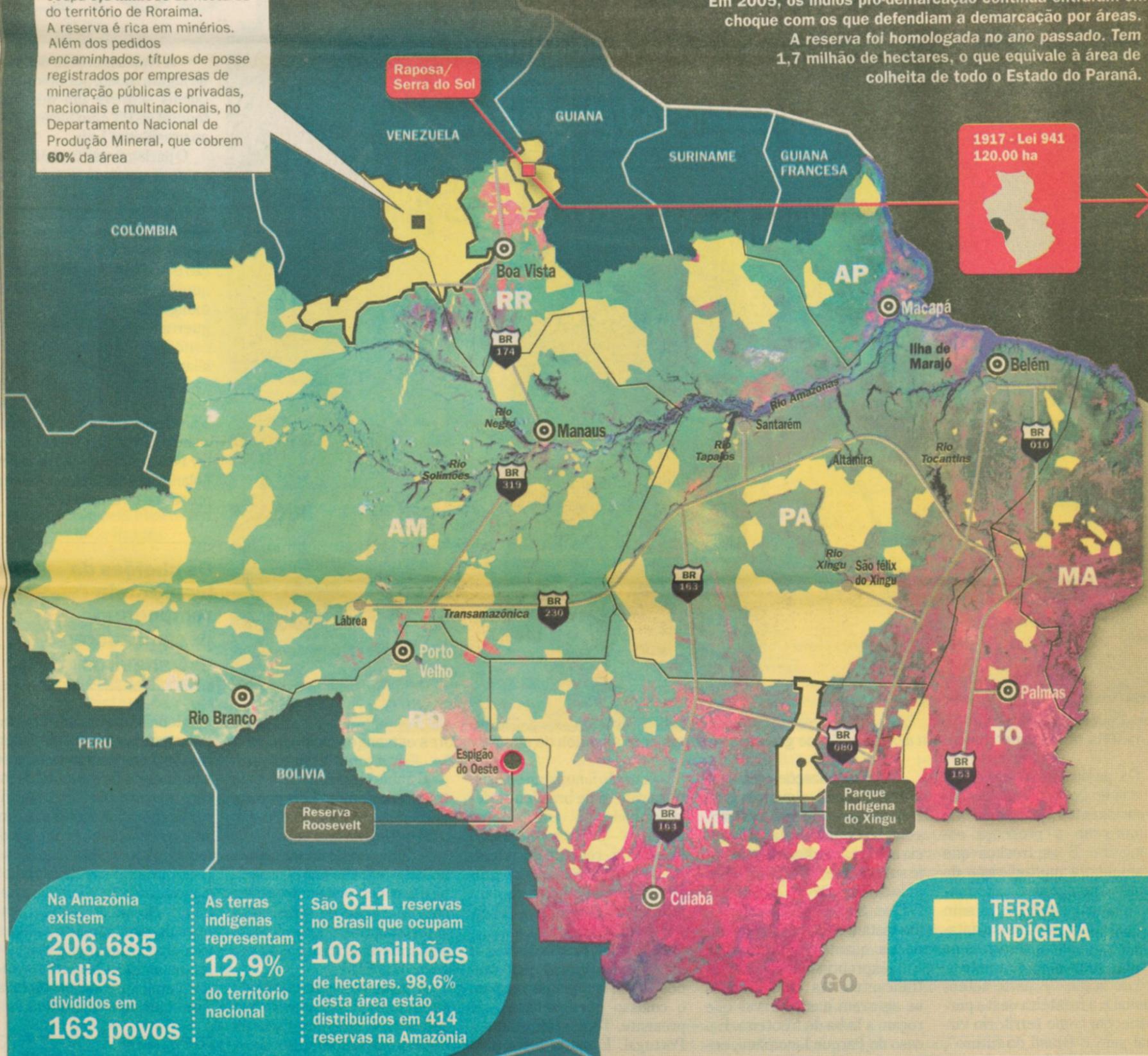
Vigilância aérea piorou desde que foi implantado o Sivan

Radiografia da Amazônia

RESERVA IANOMÂMI

Ocupa **9,6 milhões** de hectares do território de Roraima. A reserva é rica em minérios. Além dos pedidos encaminhados, títulos de posse registrados por empresas de mineração públicas e privadas, nacionais e multinacionais, no Departamento Nacional de Produção Mineral, que cobrem **60%** da área

O aumento da reserva indígena Raposa Serra do Sol gerou conflitos entre brancos e índios e intensificou as diferenças entre as cinco etnias que hoje habitam aquela área. Em 2005, os índios pró-demarcação continuaram entrando em choque com os que defendiam a demarcação por áreas. A reserva foi homologada no ano passado. Tem 1,7 milhão de hectares, o que equivale à área de colheita de todo o Estado do Paraná.



1917 - Lei 941
120.00 ha

Na Amazônia existem **206.685 índios** divididos em **163 povos**

As terras indígenas representam **12,9%** do território nacional

São **611** reservas no Brasil que ocupam **106 milhões** de hectares. **98,6%** desta área estão distribuídos em **414** reservas na Amazônia

TERRA INDÍGENA

Mitos: efeito estufa e pulmão do mundo

As queimadas na Amazônia não estão entre os campeões de emissão de gases que contribuem para o efeito estufa. O fogo na região joga na atmosfera entre 0,24 e 0,42 milhões de toneladas de gases ao ano. No planeta, a atividade corresponde a 2 milhões de toneladas. O Brasil, portanto, seria responsável por até um quinto dessas emissões.

O que contribui com 75% para os gases estufa é a queima de derivados do petróleo. O Brasil responde por apenas 3% dessa atividade em relação a outros países do globo.

Ao se somar as queimadas de árvores e de combustíveis fósseis, como os derivados do petróleo, o Brasil é responsável por apenas 6% dos gases que produzem o efeito estufa.

O apelido de "pulmão do mundo" dado à Amazônia, pela suposta produção de oxigênio, também é injusto. Pesquisas mostram que as árvores da região retêm apenas pequeno percentual de gás carbônico na atmosfera. A floresta consome todo o oxigênio que produz. Caso contrário, avaliam especialistas, o nível desse gás na atmosfera estaria em crescimento, o que não ocorre.

Um quinto da água doce do mundo

A Amazônia concentra, sozinha, 20% da disponibilidade de água doce não-congelada do mundo, e 80% do líquido se encontra em terras brasileiras. A região corresponde ainda a 34% de todas as reservas florestais, sem falar na enorme quantidade de minérios presente na mata.

O Amazonas é o rio mais extenso do mundo, com 6.671 quilômetros. A bacia hidrográfica tem 1.100 rios. Diariamente, o Rio Amazonas joga 15,5% de toda a água doce que deságua nos oceanos, além de grande quantidade de resíduos, que traz desde a cordilheira dos Andes.

Sivan: projeto polêmico e inoperante

O Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia foi concebido no fim da década de 1980, mas só começou a ser implantado em 1994, financiado pelo Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos. Inaugurado em 25 de julho de 2002 como um grande empreendimento, com satélites, radares, aviões, estações de recepção de imagens e mais de 200 plataformas de coletas de dados para a proteção da Amazônia Legal, custou US\$ 1,4 bilhão.

Desde o início, empresas estrangeiras não poderiam participar da implantação do sistema, mas a americana

Raytheon venceu a francesa Thompson e ficou responsável pelo Sivan.

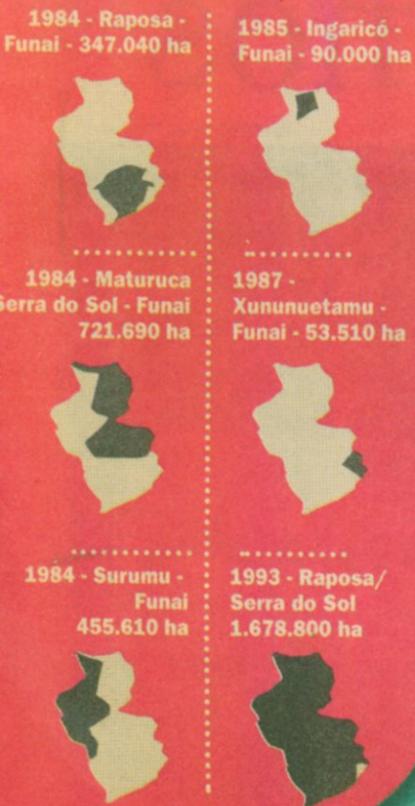
A licitação chegou a ser considerada fraudulenta, por suposto favorecimento da empresa americana. A suspeita recaía sobre possível vazamento de informações para os Estados Unidos.

Houve ainda denúncias de que os equipamentos instalados já eram obsoletos. A vigilância aérea, por exemplo, só detecta o invasor quando já se encontrava sobre o território nacional, quando a partir dos anos 80 todos os países conseguiram captar objetos voadores a três ou quatro mil quilômetros da fronteira.

Imprensa estrangeira exagera para criticar ação brasileira

Desmatamento aumentou nas áreas da reforma agrária

DEMARCAÇÃO DA ÁREA RAPOSA/SERRA DO SOL



RESERVA DE INTERESSES

Parte do território da Raposa Serra do Sol é coberta por uma vegetação de cerrado, onde foram instaladas fazendas de arroz, exploradas por grandes fazendeiros. A faixa de terra - uma das mais valorizadas áreas de plantio no Estado - deverá ser entregue aos índios, o que provocou uma série de conflitos com os fazendeiros. Há estudos que indicam ainda jazidas de urânio, ouro, diamantes e cassiterita na região.

NÚMEROS DA FLORESTA

No Brasil, vivem em aldeias **460 mil índios**, o que representa **0,25%** da população brasileira. A Funai não contabiliza aproximadamente **100 mil índios** que estão fora de suas terras, inclusive em áreas urbanas, ou em tribos isoladas.

LOCALIZAÇÃO

- Norte da América do Sul, com **6,5 milhões** de quilômetros quadrados, abrangendo territórios de nove países: Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Suriname, Guiana e Guiana Francesa.
- **5 milhões** de quilômetros quadrados (85% da região) estão no Brasil, o que representa **59%** do território nacional
- A **Amazônia Legal** é composta pelos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão e cinco municípios de Goiás.
- A região é **7 vezes** maior que a **França** e corresponde à soma de **32 países** da Europa Ocidental



AS RIQUEZAS

ÁGUA

A Bacia Amazônica é a maior bacia hidrográfica do mundo, concentrando 10 dos maiores rios do planeta e um quinto da água doce da Terra. O complexo tem aproximadamente 7 milhões de km² de área de drenagem, incluindo o Rio Tocantins. De sua área total, 58% localizam-se no Brasil, 16% no Peru, 10% na Bolívia e o restante na Colômbia, Equador e Venezuela. A Bacia Amazônica cobre 3,89 milhões de km² no território brasileiro, ou seja, 45% do país.

MINÉRIO E PEDRAS PRECIOSAS

★ **DIAMANTE**

A reserva Roosevelt, que ocupa uma área de 2,7 milhões de hectares de Rondônia está entre as maiores do planeta. Quase o tamanho da Bélgica, pode produzir 15 vezes mais do que a maior mina mundial situada na África. Em termos financeiros, a extração de diamantes na região pode render cerca de US\$ 3,5 bilhões por ano, se for legalizada. Em 2004, os índios cinto-larga massacraram 29 garimpeiros devido à disputa por jazidas em suas áreas. Há registros de minas de diamantes nas terras indígenas de Roraima

★ **FERRO, MANGANÊS, COBRE, NÍQUEL E OURO**

A região de Carajás, no Pará, com mais de 412 mil hectares, é uma das maiores províncias minerais do mundo, contendo imensos depósitos desses minérios. O ouro também é encontrado em abundância em Mato Grosso e em Roraima.

★ **BAUXITA**

Rio Trombetas, Pará

★ **CASSITERITA, URÂNIO E NIÓBIO**

Roraima

BIODIVERSIDADE

Existem mais de 10 milhões de espécies vivas na Amazônia. Apenas uma pequena parte, entretanto, é conhecida. Em cada hectare de floresta do médio Amazonas estima-se que existam mais de 5 milhões de espécies vegetais, ou seja: mais do que todo o conjunto de espécies existentes no território europeu. A floresta é ainda o habitat natural do maior felino das américas: a onça-pintada, ameaçada de extinção. Das 483 espécies de mamíferos do país, 324 vivem na região. Cerca de mil espécies de pássaros habitam a Amazônia, ou seja, **11%** do total mundial

Fontes: Funai/IBGE

PAC promete obras polêmicas

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, prevê a construção de três grandes e polêmicas obras na Floresta Amazônica. As usinas hidrelétricas de Belo Monte, no Pará, Santo Antônio e Jirau em Rondônia, ainda não tiveram aprovados os relatórios de impacto ambiental e foram alvo de ações do Ministério Público.

No caso de Belo Monte, uma liminar da Justiça embargou as audiências e parou o projeto.

A Amazônia na 'National Geographic'

A revista National Geographic publicou 31 páginas sobre Amazônia na edição número 82, que chegou às bancas no primeiro dia do ano. O texto, considerado alarmista por autoridades brasileiras, diz que no tempo que o leitor demorar para ler a reportagem, uma área equivalente a 150 campos de futebol terá desaparecido da floresta. Fala da globalização que estaria invadindo a Amazônia e acelerado a destruição.

"No Brasil, as consequências da exploração da madeira quase sempre são mais danosas que a própria extração. Uma vez que as árvores são derrubadas e os madei-

reiros seguem adiante, as estradas proporcionam acesso a uma explosiva mistura de posseiros, especuladores, fazendeiros, lavradores e, invariavelmente, pistoleiros", diz a reportagem. O repórter Scott Wallace prossegue: "A apropriação ilegal de terras - possibilitada por corrupção, táticas violentas e escrituras forjadas - é uma prática tão comum que tem um nome específico: grilagem".

A revista entrevista o governador Blairo Maggi, a quem chama de "rei da soja" e até "motosserra de ouro", em alusão ao título concedido pelo Greenpeace.

Índios ganharam 65 novas terras

No primeiro mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva homologou 65 reservas indígenas - média de 16,2 terras anualmente. A área corresponde a 106 milhões de hectares. A média de demarcações foi inferior à atingida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, 18,1 terras por ano. A maior reserva que deverá ser homologada por Lula será Trombeta Mapuera, entre Amazonas, Pará e Roraima. Tem quatro milhões de hectares e aproximadamente 500 índios de pelo menos duas tribos.

Desmatamento menor em MT

O Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) revelou que o desmatamento no Mato Grosso caiu 59% em outubro do ano passado. São 460 quilômetros quadrados contra 1.120 quilômetros do mês anterior. A maior parte desse desmatamento, que corresponde a 75%, ocorreu em propriedades rurais. Já nas áreas destinadas à reforma agrária, o desmatamento avançou - 24% do total desmatado em outubro do ano passado. De todo o desflorestamento, apenas 8% foi feito de acordo com a lei, respeitando as áreas de reserva.

INVASÃO ■ Instituições estrangeiras fincam bandeira em território nacional usando índios

Eles já estão entre nós

FOTOS DE DANIEL RAMALHO

Mariana Carneiro

■ BOA VISTA. Os estrangeiros já chegaram e estão entre nós. Fundações, organizações não-governamentais e pesquisadores de outros países formam uma comunidade tão densa quanto a própria Amazônia em solo brasileiro. E, acredite, grande parte deles circula no país com pouco ou quase nenhum controle das autoridades nacionais.

O superintendente da Polícia Federal em Roraima admite que são reduzidas as informações sobre a atividades desses grupos na sua área de fiscalização.

— A gente sabe que tem muitas ONGs estrangeiras por aqui, inclusive nas comunidades indígenas, mas não sei o nome — afirma Cláudio Lima. — Os estrangeiros não passam pela Federal daqui, vêm direto de Brasília.

No Ministério Público Estadual de Roraima, a vigilância tampouco é praticada.

— Monitoramos as fundações, mas grande parte dos grupos, inclusive de estrangeiros, forma associações, que são entes privados e sem qualquer gerência do governo — enfatiza o procurador-geral do Estado, Edson Damas. — Não há legislação que trate do controle das atividades dessas ONGs.

A presença de estrangeiros na região é quase tão antiga quanto as primeiras missões católicas que chegaram ao Brasil com o objetivo de catequizar indígenas no Grão-Pará. Mas merece especial atenção nos dias de hoje, quando o conhecimento técnico e científico ganha cada vez mais valor. Haja visto o enorme número de patentes de espécies e produtos brasileiros nas mãos de japoneses, americanos e alemães, como a copaiaba, o camu-camu e o açaí.



Abin indentificou em áreas indígenas maior influência de instituições estrangeiras, sem o controle de órgãos oficiais

A reportagem do **Jornal do Brasil** encontrou, dentro de uma comunidade indígena, uma placa em inglês, na qual se identificava um investimento feito por um laboratório internacional. Trata-se do International Centre for Scientific Culture (ISFC), que se auto-denomina uma ONG e cujo um dos objetivos — descritos no site do grupo — é promover “a livre circulação de informação científica e de pesquisadores, em particular via agremiações e programas de visitação”.

No Surumu, distrito da cidade de Pacaraima, dentro da reserva indígena Raposa Serra do Sol, onde foi vista a placa, ninguém soube precisar qual seria o

fim da ajuda estrangeira. A informação apurada pela Polícia Federal é de que o laboratório instalaria no local um ambulatório de remédios fitoterápicos.

— Ensinar os índios a usarem fitoterápicos é, no mínimo, curioso — ironiza uma fonte na PF.

Relatório da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), feito

“Há líderes que dizem que não precisam do governo, pois há dólares à disposição

Jonas Marcolino, liderança indígena do Contão

em 2005, mostra que há mais de um centena de ONGs estrangeiras na região Amazônica. A situação mais grave, segundo a agência, é no Estado de Roraima, em função das extensas terras indígenas. A maior parte da região de fronteira, com a Venezuela e Guiana Inglesa, está dentro de áreas demarcadas, distantes da influência do Exército e da Polícia Federal. A Abin apurou que integrantes de instituições européias visitam com frequência as terras indígenas, sem qualquer controle dos órgãos oficiais.

— Há líderes que dizem que não precisam do governo, pois há muitos dólares à disposição — narra Jonas Marcolino, um dos

líderes da comunidade do Contão, na Raposa Serra do Sol.

A Polícia Federal de Roraima já enviou ao Ibama um pedido para que sejam identificadas as instituições que têm autorização para atuar na coleta de animais e plantas na região. O objetivo é centrar fogo contra grupos que travestem investigações científicas de ajuda social ou preservação do meio ambiente.

— Quem estiver fora da área permitida coletando informações será preso — avisa o delegado de meio ambiente da PF de Roraima, Ivan Gonçalves.

■ Leia e opine no **JB Online**. www.jb.com.br/24horas

ONG é suspeita de grilagem de terras

A região do Baixo Rio Branco, no sul de Roraima, é o novo foco das investigações sobre a ação de estrangeiros no Estado. Em 1999, a Assembleia Legislativa de Roraima abriu uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a suspeita de grilagem de terras pela ONG Associação Amazônia.

O grupo registrou em um cartório em Manaus a compra de 172 mil hectares na Amazônia de ribeirinhos. Mas, segundo apurou a CPI, a compra nunca existiu, pois a titularidade das terras sequer era da população local.

No relatório, entregue ao Ministério Público e à Polícia

Federal, o argentino Héctor Daniel Garibotti seria o dono da ONG, financiada por entidades como a NewFound Land e a Fundação Kleinworth. Um técnico da Embrapa chegou a ser sondado para trabalhar em associação com Instituto Ítalo-Latino Americano, com pesquisadores da Universidade de Salerno.

— Na época, um representante do governo do Canadá me ligou pedindo que intercedesse pela ONG — acusa o presidente da Assembleia Legislativa de Roraima, Meccias de Jesus. Um inquérito foi aberto no MP estadual, mas ninguém foi responsabilizado criminalmente.

Vida de índio ■ INTEGRAÇÃO OU ISOLAMENTO?



A demarcação de terras em Roraima vem provocando um debate sobre como preservar a cultura e identidade indígenas. Enquanto uns defendem a integração com a vida ocidental, muitos pretendem preservar hábitos centenários

Alemanha vigia as reservas

Associar-se a estrangeiros na ocupação de terras na Amazônia não é coisa de índio. O principal programa de vigilância das comunidades indígenas no Brasil é financiado, quase integralmente, pelo governo alemão. O Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL) começa a instalar as primeiras unidades na Raposa Serra do Sol. O projeto foi instalado no Brasil no início dos anos 90, sob pressão do G7, grupo dos sete países mais ricos do mundo.

Governo da Venezuela mantém a fronteira policiada

Governo brasileiro não é visto nem nos postos alfandegários

INVASÃO ■ Estado brasileiro age pouco e deixa vácuo a ser preenchido por ONGs de fora

Entregues à própria sorte

DANIEL RAMALHO

Mariana Carneiro

■ BOA VISTA. Se é verdade que os estrangeiros aumentam, a cada dia, sua influência na Região Amazônica, é também fato que a ocupação ocorre, em grande medida, justamente nas áreas em que o Estado brasileiro se mostra mais ausente.

Para o procurador-geral do Ministério Público Estadual de Roraima, Edson Damas, a influência externa ganha fôlego mata adentro graças à falta de políticas públicas para a ocupação da região.

– Existe um vácuo deixado pelo Estado e, assim, outras for-

Através do Cimi, a Igreja Católica exerce forte influência sobre 117 malocas indígenas

ças acabam suprindo essa deficiência – avalia. – Vêm as ONGs e oferecem o que o governo não dá, os benefícios a que nunca tiveram acesso.

Segundo o vice-coordenador da comunidade de Maturuca, na Raposa Serra do Sol, Martinho Macuxi Souza, o governo federal não fez nada além de assinar a homologação da reserva. De amparo mesmo, só houve um trator obtido, com muito esforço, junto ao governo do Estado. Na comunidade, estão reunidos mais de 300 índios e o apoio é feito pelo Conselho Indigenista de Roraima, entidade ligada à igreja católica e um dos braços do Conselho Indigenista Missionário (CIM) e que está presente em 117 malocas em Roraima.

– Se houvesse algo que o Estado ajudou a fazer, mostraria – desabafa ele.



Na reserva indígena da Raposa Serra do Sol, a palavra-de-ordem propõe autonomia

A comunidade tem um centro de costura e artesanato para as índias, além de uma oficina de solda e marcenaria. Tudo foi feito com o apoio dos missionários italianos, assim como a instalação de pontos de coleta de energia solar e um posto de saúde – mais bem equipado do que o de muitas capitais do país.

– Precisamos de máquinas para produzir. Bolsa-família não

serve para a gente. Isso é bom para quem não quer trabalhar. De que adianta R\$ 60, R\$ 90? Precisamos de tratores, caminhões – enumera Martinho.

Mas se acerta na melhoria de vida dos indígenas, a auto-gestão coloca em xeque a unidade nacional. “Terra, identidade e autonomia” são os princípios inscritos nas paredes nas escolas indígenas de Roraima.

No Surumu, na reserva Raposa Serra do Sol, a formação dos jovens índios mistura história dos povos da América e conhecimentos básicos de química e agricultura. Além da língua materna, os índios têm na grade curricular o português e o espanhol. O objetivo é formar futuras lideranças, capazes de dar fôlego ao movimento de afirmação de sua cultura e de seu território. E

as comunidades indígenas são tratadas como nações.

O resultado mais visível dessa ação é observado por meio de uma palavra estranha aos brasileiros, mas já conhecida do vocabulário de índios, brancos e mestiços de Roraima: a desintrusão.

Com a homologação de terras indígenas, os não índios devem sair dessas áreas, desapropriadas pela União. Na Raposa Serra do Sol, a comunidade cabloca já está instalada por quatro gerações e, aos poucos, é retirada da região. Quando o JB esteve na comunidade de Maturuca, os homens da tribo estavam na cidade de Socó “forçando os bran-

Segregação de brancos e índios deixa a região mais vulnerável aos estrangeiros

cos que receberam a indenização por suas terras saiam”.

– Os filhos de índios ou casados com índios que quiserem ficar poderão, desde que não recebam a indenização. E quem ficar, deverá integrar a nossa causa – explica Martinho.

Para Jonas Marcolino, líder da comunidade do Contão, uma dissidência na Raposa, a segregação entre brancos e índios deixa a região ainda mais vulnerável à ação de estrangeiros.

– Retirar os brancos significa que eles estavam habitando outro país. Isso não tem cabimento – afirma. – Há lideranças que acreditam que está sendo construída uma nação indígena. Se não for subjugada pela nação brasileira, será por outra nação.

■ Leia e opine no JB Online. www.jb.com.br/24horas

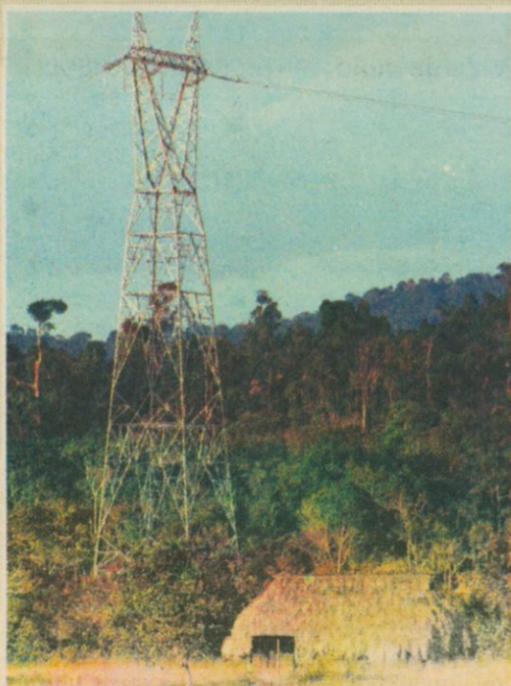
Índio quer energia elétrica

Um dos mais indelévels sinais da presença branca em áreas indígenas, em Roraima, é visto desde a estrada que liga o Brasil à Venezuela. Torres de transmissão da Eletronorte dividem a paisagem com malocas na paisagem de cerrado.

O Estado tem algumas características que o distanciam do resto da Região Norte. Parte do território tem uma vegetação parecida com a observada no Centro-Oeste e a energia

elétrica consumida vem toda da usina hidrelétrica de Guri, na Venezuela. Para chegar à Boa Vista, a energia passa por torres de transmissão que cruzam a área indígena de São Marcos.

Embaixo, as comunidades indígenas sobrevivem com a energia gerada com a queima de óleo diesel e lenha. Vivem às escuras, mesmo após o pagamento de cerca de R\$ 7 milhões pelo aluguel do terreno.



Venezuela garante a sua soberania

O reduzido número de funcionários públicos na região de fronteira, como em Roraima, é apontado como mais um ponto frágil da soberania do país. A Funai no Estado tem apenas 86 servidores para dar conta de uma população indígena de 30.715 pessoas. Na sede, em Boa Vista, são feitos cerca de 50 atendimentos por dia. Na última semana, o maior problema era a falta de veículos.

– Precitaria, no mínimo, dobrar o número de funcionários – diz o subcoordenador da Funai no Estado, José Raimundo Batista da Silva.

Na fronteira com a Venezuela, o caso é mais grave.

– Para chegar à Santa Elena, primeira cidade da Venezuela, é necessário passar por três postos de fiscalização. A fronteira é um colosso. No Brasil, é essa bagunça – atesta o empresário João Rosas, que tem uma loja em Pacaraima, logo na fronteira.

Para o coronel Gelio Fregapani, o atual superintendente da Abin em Roraima, o Estado convive com o risco de perder território.

– O estabelecimento e a manutenção de fronteiras tem a ver com a ocupação da área. Nenhuma fronteira é sagrada. Nem a de Tordeilhas, que foi assinada pelo Papa.



Na entrada da tribo de Maturuca, uma placa proíbe entrada de políticos

Uma perda amazônica

Mariana Carneiro

O cupuaçu japonês ou o açaí europeu. São inúmeros os casos de marcas ou substâncias obtidas de plantas e animais da região que são transferidas para laboratórios dos países desenvolvidos. A biopirataria, embora não reconhecida pela legislação brasileira e muito pouco punida por essas terras, gera prejuízos ao Brasil e deixará o país ainda mais distante das nações mais ricas do mundo.

Segundo o chefe de meio ambiente da Polícia Federal de Roraima, Ivan Gonçalves, o tipo mais comum de biopirataria tem aparência de legalidade.

– Não é clandestino, nem feito no meio do mato – explica. – Normalmente é feito por estudiosos que têm autorização para vir ao Brasil e, muitas vezes, têm parceria com universidades brasileiras ou organizações não-governamentais (ONGs).

A acadêmica Gina Cynthia Carneiro do Vale, da Faculdade do Tapajós, denuncia que existe um tratamento diferenciado para os pesquisadores estrangeiros, mais favorável do que o prestado aos brasileiros.

– Uma licença para a coleta de animal, por exemplo, leva em média 20 dias para ser liberada para nós. Para estrangeiros, sai em 72 horas – atesta Gina.

Segundo diz, as exigências para transporte de material de pesquisa é também mais difícil para os cientistas brasileiros. Além disso, o conhecimento é levado junto com a comitiva que aportou no Estado.

– Há uma desigualdade aqui. Por que não fazem parceria com os pesquisadores da região? Nossa sensação é que poderíamos ganhar experiência e produzir mais conhecimento para o Brasil.

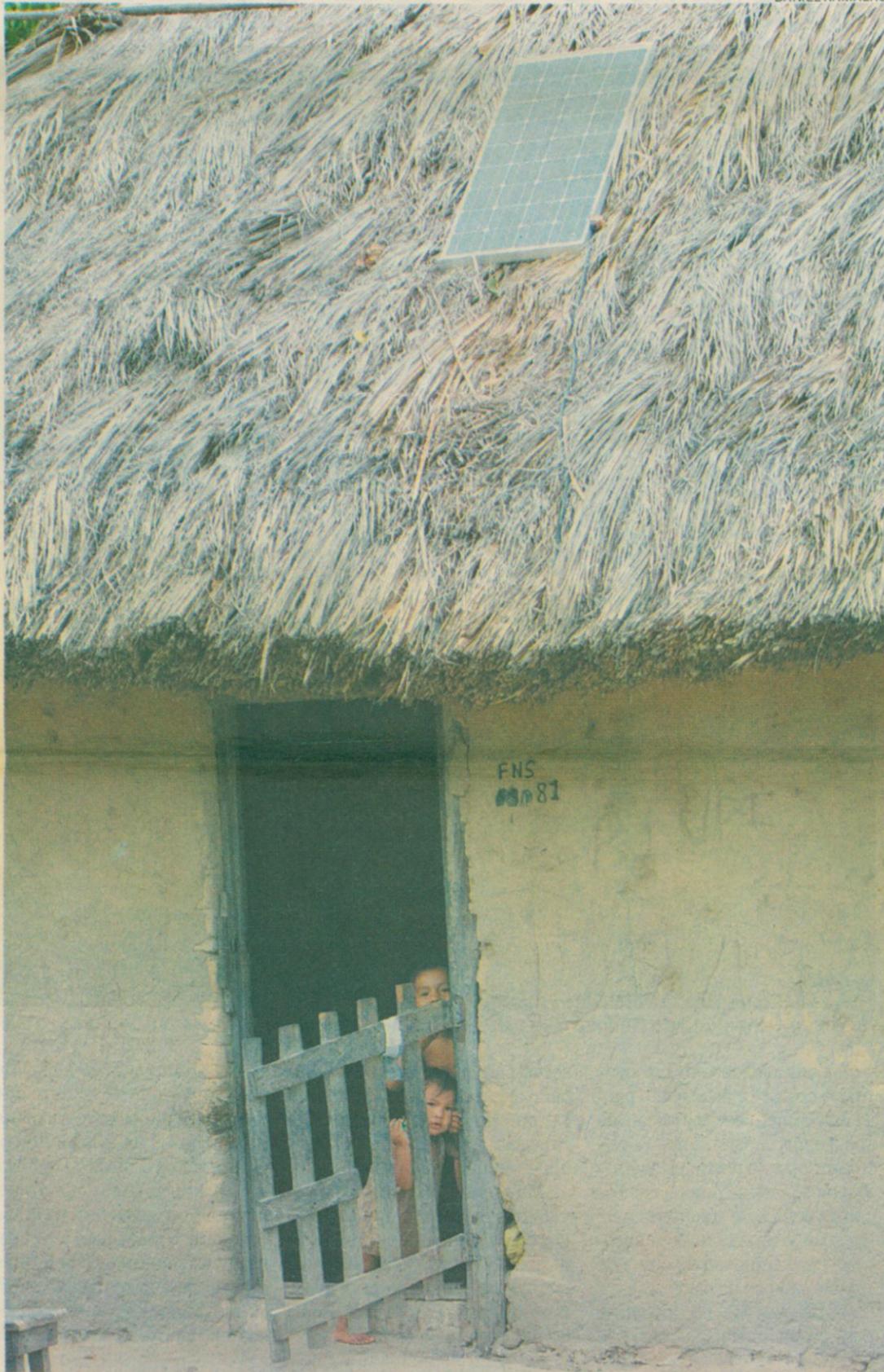
Segundo cálculos feitos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em 2003, o Brasil registrava prejuízo de US\$ 16 milhões por dia devido à biopirataria.

Segundo o policial federal de Roraima e biólogo Bruno Altoé Duar, o Brasil está perdendo muito, sem nem mesmo conhecer.

– Se isso é um problema na Amazônia, é ainda pior na parte Norte da região – avalia.

Roraima é um Estado que está no foco da biopirataria, justamente pelo encontro do cerrado ao Norte com a Floresta Amazônica.

– Os pesquisadores brasileiros ainda não chegaram, mas os estrangeiros, sim. E há algum tempo – atesta Duar.



Oca com placa de energia solar: o primitivo e o high tech no território dos biopiratas

Substâncias naturais usadas pelos índios foram patenteadas por laboratórios internacionais

Segundo o especialista, um simples sapo pode ser preciosa fonte de informação para os biopiratas. Ou mesmo o seu material genético.

No ano passado, começaram a ser devolvidas à comunidade ianomâmi sangue coletado ainda nos anos 90 por pesquisadores da Universidade do Pará, em associação com a Universidade de Michigan, nos Estados Unidos. O Ministério Público Federal de Roraima pediu a devolução do

material, uma vez que teria sido coletado ilegalmente no país. O sangue pertence a 86 índios da reserva ianomâmi e só retornou a Roraima a parte do material que tinha ficado no Pará.

Mas não fica por aí. Ganhou notoriedade há poucos anos a descoberta de que o laboratório Glaxo Wellcome usa o veneno da jararaca na elaboração de um medicamento. Em 98, a Abbott registrou a criação de um antibiótico feito a partir de uma toxina encontrada em um sapo da região. A alemã Merk tem em seu portfólio um medicamento que usa a policarpina, extraída das folhas do jaborandi. Isso sem contar as substâncias conhecidas das comunidades indígenas brasileiras cuja patente já foi registrada no ex-

terior. Dos wapixána, que vivem em Roraima, sabe-se que o anticoncepcional natural extraído das sementes do bibiru e o estimulante cunaniol, extraído das folhas do canani, já têm donos lá fora.

Segundo o professor da FGV Direito Rio, Pedro Paranaçu, depois de patenteados no exterior, é mais difícil o Brasil recuperar o direito de usar a substância.

– Pode-se argumentar que a substância já era tradicionalmente usada por comunidades indígenas. Mas, atualmente, a legislação de vários países já avalia que o melhoramento de substâncias da natureza pode, sim, ser patenteados – explica o especialista.

O governo brasileiro atua hoje na costura de um acordo

internacional que iniba a biopirataria. A idéia é repassar aos países de origem das plantas e animais que serviram de base para a criação do produto parte da receita obtida com a sua venda. A discussão começou ao fim da ECO 92 – realizada no Brasil no início dos anos 90 – e ganhou fôlego recentemente com o apoio da Índia ao projeto, que está em análise na Organização das Nações Unidas (ONU).

– A discussão ganhou intensidade no ano passado, mas a resistência de países como Estados Unidos, Japão e alguns da Europa, onde estão sediados os grandes laboratórios, fazem grande resistência – diz Paranaçu, que acompanha as negociações com o Itamaraty.

Enquanto isso, o Brasil não pode patentear essas substâncias ou usá-las em produtos que vão para os países onde já existe a patente.

O caso que ganhou mais destaque sobre os prejuízos

Polícia Federal está de olho nos hotéis de selva, onde se escondem os biopiratas

causados ao Brasil, no entanto, é o cupuaçu no Japão e Estados Unidos, onde produtos brasileiros que usam o vegetal foi proibido por usar o que seria uma marca registrada naqueles países. O Brasil conseguiu reverter a decisão alegando que as então consideradas marcas são, na verdade, nome de vegetais.

A Polícia Federal de Roraima começou, na última semana, a fazer uma operação de patrulha no aeroporto de Boa Vista. O objetivo é vasculhar, uma vez por semana, a bagagem de quem deixa a capital. Logo no primeiro dia, foram recolhidas sementes de castanheira, uma orquídea e cascas de moluscos.

Os hotéis de selva, no Sul do Estado, também estão no alvo da PF, que investiga a ação de um casal que recolheu folhas que são alimento de um tipo de macaco da região.

– O mais complicado é que o Brasil não criminaliza esse tipo de ação. Para levar um biopirata para a cadeia é necessário enquadrá-lo em casos como maus tratos de animais ou coleta de animais silvestres sem autorização – pondera o delegado Gonçalves. Ambos os crimes não dão mais de um ano de detenção aos criminosos.